



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente Natural
e do Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.ambiental@mpmt.mp.br | cao.urbe@mpmt.mp.br

CAO MEIO AMBIENTE NATURAL CAO MEIO AMBIENTE URBANO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Cachoeira Veu da Noiva - Chapada dos Guimarães/MT

EDIÇÃO 03/2021

SUMÁRIO

Novidades Legislativas.....	03
Crise Hídrica.....	04
Notícias.....	06
Jurisprudências.....	08
MPMT em Ação.....	09
Notícias do CNMP e Outros Ministérios Públicos.....	16
Artigos.....	17



EQUIPE CAO AMBIENTAL E CAO URBE

Maria Fernanda Corrêa da Costa – Promotora de Justiça – Coordenadora do CAO Meio Ambiente Natural

Carlos Eduardo Silva – Promotor de Justiça – Coordenador do CAO Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

Viviane Araújo Batistella – Assistente Ministerial – CAO Meio Ambiente Natural, Urbano e Assuntos Fundiários

Marina Paula Signor Bernardes – Auxiliar Ministerial – CAO Meio Ambiente Urbano e Assuntos Fundiários

NOVIDADES LEGISLATIVAS

FEDERAIS

- Decreto nº 10.803, de 17.9.2021- Institui o Fórum Consultivo de Mobilidade Urbana.
- Decreto nº 10.828, de 1.10.2021 - Regulamenta a emissão de Cédula de Produto Rural, relacionada às atividades de conservação e recuperação de florestas nativas e de seus biomas, de que trata o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.
- Decreto nº 10.833, de 7.10.2021 - Altera o Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

ESTADUAIS

- Lei Complementar nº 699 de 19/07/2021 - Altera a Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995, que dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 968 de 13/07/2021 - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.
- Lei nº 11.506 de 02/09/2021 - Dispõe sobre a criação e a implantação do Programa Escola Sustentável e do selo de mesmo nome na rede escolar do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
- Lei nº 11.486 de 29/07/2021 - Proíbe a extração de recursos pesqueiros nos entornos da barragem da Usina Hidrelétrica de Manso.
- Lei nº 11.447 de 06/07/2021 - Cria o Programa de Repovoamento de Peixes nas Barragens de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas no âmbito do Estado de Mato Grosso, por meio da conversão de multas ambientais decorrentes de mortandade de peixes, e dá outras providências.
- Lei nº 11.441 de 01/07/2021 - Dispõe sobre a reprodução, criação, venda, compra e doação de animais de estimação em estabelecimentos comerciais e assemelhados, no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.
- Lei nº 11.432 de 28/06/2021 - Altera o inciso III do art. 46 da Lei nº 11.088, de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências.
- Resolução CEPESCA nº 2 de 08/07/2021 - Estabelece o período de defeso da piracema nos rios das Bacias Hidrográficas do Paraguai, Amazonas e Araguaia-Tocantins, em Mato Grosso.

CRISE HÍDRICA NO ESTADO DE MATO GROSSO

Crise hídrica: Brasil tem em agosto recorde de geração de energia térmica, solar e eólica, diz ONS. Alta da produção por termelétricas tem levado ao encarecimento das contas de luz.

Superfície de água no Brasil reduz 15% desde o início dos anos 90

Pesquisa do MapBiomas indica que a dinâmica de uso da terra baseada na conversão da floresta para pecuária e agricultura e a construção de represas contribuem para a diminuição do fluxo hídrico.

Cachoeira Veu de Noiva fica praticamente seca devido à crise hídrica

Cartão-postal do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso, está praticamente sem água nos últimos dias.



Com seca e chuva escassa, nível do rio Cuiabá chega a 12 centímetros

Diante da seca e chuva escassa, o nível do rio Cuiabá chegou a centímetros, segundo medição realizada pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Nascentes do Rio Paraguai (MT) secam e moradores temem falta d'água

A estiagem severa tem causado preocupação nos moradores da região de Sete Lagoas, em Alto Paraguai (MT), porque as nascentes do Rio Paraguai secaram.





Aquecimento pode expor 12 milhões de brasileiros a nível intolerável de calor



Baixas no pantanal chegaram a perder 59% de sua capacidade hídrica

Um Araguaia nunca visto antes: água some totalmente em alguns canais do rio.



Seca se intensifica e quebra mais uma vez nível histórico do Rio Paraguai.



ANÁLISE CLIMÁTICA DA REGIÃO DE SALTO DO CÉU, CABECEIRA DO PANTANAL: UMA CARACTERIZAÇÃO NECESSÁRIA.

NOTÍCIAS

- Câmara dos Deputados aprova projeto que modifica Lei das Antenas e Estatuto da Cidade.
- País desativa 601 lixões e ainda restam mais de 2,6 mil em atividade.
- Governo Federal aposta em parceria com iniciativa privada para universalizar serviços de saneamento.
- Relatório aponta que o Brasil não avançou em nenhuma das 169 metas de desenvolvimento sustentável da ONU
- Operação é concluída com 28 condomínios interditados no Coxipó do Ouro.
- Projeto de Lei propõe alterar Estatuto da Cidade para simplificar licenciamento urbanístico.
- Câmara aprova projeto sobre regularização fundiária.
- Comissão aprova inclusão de catadores entre beneficiários do Bolsa Verde
- Geração de resíduos domiciliares e urbanos cresce na pandemia.
- Com investimentos de mais de R\$ 940 milhões, Governo Federal fomenta melhorias dos serviços de saneamento básico pelo Brasil.
- Marco Legal do Saneamento Básico: mais de 300 municípios descumprem o prazo para destinação correta do lixo.
- Câmara aprova municipalização de regras de proteção de rios em área urbana.
- Europa e EUA avançam com planos para restringir importações associadas ao desmatamento.



Meio ambiente saudável é declarado direito humano por Conselho da ONU

O Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu, pela primeira vez, que ter o meio ambiente limpo, saudável e sustentável é um direito humano.

A resolução foi proposta por Costa Rica, Maldivas, Marrocos, Eslovênia e Suíça e passou com 43 votos a favor e 4 abstenções, da Rússia, Índia, China e Japão.

A decisão foi considerada um "marco para a justiça ambiental" e um "passo importante" para a construção de um planeta mais saudável e seguro.

Após a aprovação em Genebra, a questão agora vai para a Assembleia Geral da ONU em Nova Iorque, para mais considerações.



[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA](#)

JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Área desmatada antes do Código Florestal não precisa ser reflorestada.
-

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- STJ finaliza julgamento de usucapião em loteamento não regularizado.
 - STJ: Reserva anterior ao Código Florestal de 2012 deve ter registro em cartório de imóveis.
 - STJ: Relator proíbe que Igreja Universal implante estacionamento em área tombada de Belo Horizonte.
 - STJ permite citação por edital para identificar desmatadores da Amazônia.
 - STJ: Dano a estação ecológica pode ser absorvido pelo delito de edificação irregular.
-

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

- TJMT declara inconstitucional dez leis de Sinop que doaram terrenos a instituições
- APELAÇÃO CÍVEL COM REMESSA NECESSÁRIA – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – CEMITÉRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA – LICENCIAMENTO AMBIENTAL – AUSÊNCIA - INÉRCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM REGULARIZAR AS PENDÊNCIAS APONTADAS NO RELATÓRIO TÉCNICO DA SEMA – INADEQUAÇÃO DAS NORMAS TÉCNICAS DO CONAMA – RECURSO DESPROVIDO – SENTENÇA RATIFICADA EM REMESSA NECESSÁRIA. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).
- RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL ESTADUAL NASCENTE DO RIO PARAGUAL – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM PROL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – PRINCÍPIO IN DUBIO PRO NATURA – SÚMULA 618/STJ - RECURSO PROVIDO. Acesse o inteiro teor da decisão [AQUI](#).

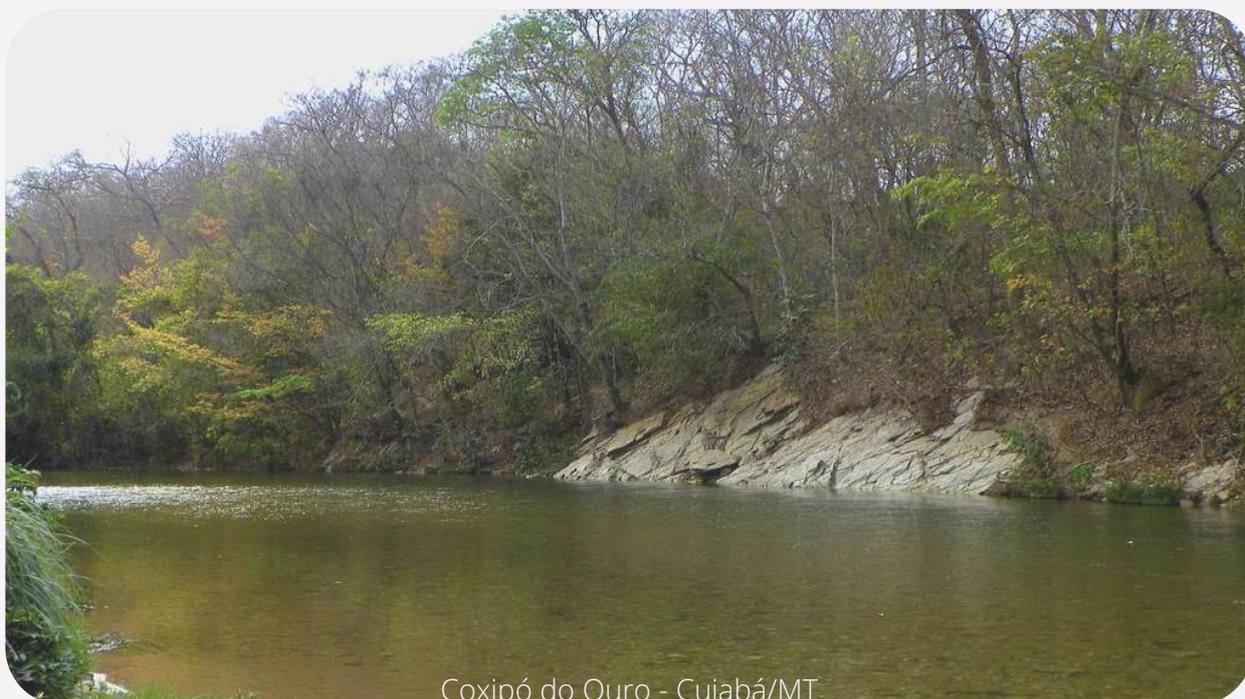
MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

MPMT OBTÉM LIMINARES PARA EMBARGO DE 11 LOTEAMENTOS CLANDESTINOS

A 29ª Promotoria de Justiça de Cuiabá de Defesa Ambiental e da Ordem Urbanística já ajuizou 12 ações civis públicas (ACPs) ambientais contra o parcelamento ilegal do solo em 15 empreendimentos localizados às margens do Coxipó do Ouro. Em todos os casos apreciados pela Vara Especializada do Meio Ambiente houve a concessão de medidas liminares pleiteadas pelo MPMT.

As decisões judiciais estabelecem o embargo das atividades de 11 loteamentos clandestinos, a saber: Águas de Chapada I, II e II, Portal Águas de Ouro, Paraíso dos Lagos I e II, Paraíso dos Ipês, Paraíso Prime, Cristal das Águas, Paraíso das Palmeiras e Paraíso da Família. As liminares determinam também que as partes requeridas paralise atos de alienação, publicidade, de anúncio e recebimento de valores decorrentes da comercialização dos lotes dos empreendimentos citados acima.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)



Coxipó do Ouro - Cuiabá/MT

**RECOMENDAÇÃO DO MPMT:
SEMA INDEFERE INSTALAÇÃO DE USINA NO RIO SEPOTUBA
EM TANGARÁ DA SERRA**



Por recomendação da 1ª Promotoria de Justiça Cível de Tangará da Serra (a 239km de Cuiabá), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT) indeferiu a solicitação de instalação da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) Salto, no rio Sepotuba, nas imediações da Cachoeira Salto das Nuvens, área rural do município. A portaria de indeferimento foi publicada na edição de 21 de setembro do Diário Oficial do Estado.

Conforme a notificação recomendatória emitida pelo Ministério Público, a empresa KA Energia Ltda requereu junto à Sema, em maio deste ano, outorga de direito de uso de recursos hídricos para instalação da CGH Salto no rio Sepotuba, próximo à Cachoeira Salto das Nuvens, com a finalidade de geração de energia hidrelétrica, de potência instalada de 5 Millivolts (mV). Ocorre que a Lei Municipal nº 4.303/2014, que declara a Salto das Nuvens patrimônio paisagístico e turístico de Tangará da Serra e cria a Área de Proteção Ambiental (APA) da cachoeira, veda expressamente a construção de empreendimentos energéticos na área de proteção ambiental.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

LIMINAR CONCEDIDA AO MPMT DETERMINA MEDIDAS URGENTES PARA SALVAR BAÍAS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso obteve liminar na Justiça que determina a suspensão imediata da análise e aprovação de processos de licenciamento ambiental e da emissão de outorgas para operação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH/UHE) em toda a bacia do Rio Cuiabá. A medida deverá se estender até que seja estabelecido estudo detalhado junto à Agência Nacional de Águas (ANA) sobre o tema.



A determinação judicial foi proferida nos autos de Ação Civil Pública que requereu a adoção de medidas urgentes para salvar as baías Chacororé e Siá Mariana, localizadas na região do Pantanal. A Justiça estabeleceu também o prazo de 20 dias para que o Estado de Mato Grosso apresente plano de ação de curto, médio e longo prazos (com prazos específicos) com vistas à resolução, concreta e continuada, das questões relacionadas à redução no volume de água das duas baías.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

LIMINAR CONCEDIDA AO MPMT MANDA PARAR CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL AO LADO DE CÓRREGO NA AVENIDA FERNANDO CORRÊA

A 17ª Promotoria de Justiça da Defesa da Ordem Urbanística de Cuiabá, em virtude da tutela de evidência baseada no tema 1010 do STJ, obteve na justiça liminar que determinou a paralisação imediata de um imóvel que está sendo construído na Avenida Fernando Corrêa, em Cuiabá, na área de preservação do córrego Gambá.

A decisão judicial estabeleceu a retirada imediata de todos os materiais, resíduos e estruturas existentes na Área de Preservação Permanente do córrego do Gambáque, a elaboração e execução de Plano de Recuperação de Área Degradada aprovado pelo órgão ambiental competente, a averbação à margem da matrícula imobiliária visando a reparação integral dos danos ambientais.



Figura 1: Imagens extraídas do software Google Earth Pro.

[CLIQUE AQUI PARA LER A NOTÍCIA NA ÍNTEGRA.](#)

ABRAMPA lança plataforma digital que mapeia os ilícitos ambientais da Amazônia Legal



A Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA) lançou no dia 06 de agosto, a plataforma digital do projeto “Amazônia em Foco: Estratégias e Ferramentas para o Ministério Público. O lançamento aconteceu durante o webinar sobre o “Impacto dos Dados na Tutela de Direitos”, evento destinado aos membros dos Ministérios Públicos que atuam na Amazônia Legal.

A plataforma une as principais informações dos ilícitos ambientais, estatísticas e mapas temáticos da Amazônia Legal, com base nos dados levantados no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Jusbrasil e nas promotorias de cada estado da região.

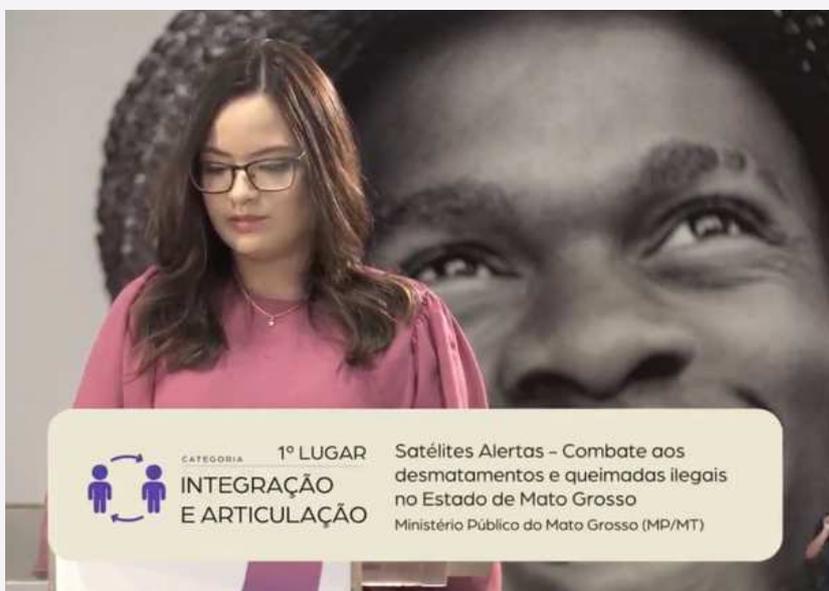
O Procurador de Justiça, Dr. Luiz Alberto Scaloppe, foi um dos palestrantes a participar do evento e tratou sobre o tema: "impacto de dados na tutela de direitos".



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO MATO GROSSO É VENCEDOR DE 2 PRÊMIOS AMBIENTAIS NO CNMP 2021

Divulgados os vencedores do Prêmio CNMP 2021

Nesta quinta-feira, 14 de outubro, foi realizada a solenidade de premiação dos 27 projetos finalistas do Prêmio CNMP 2021. Em razão das restrições impostas pela pandemia (Covid-19), a cerimônia foi integralmente virtual, transmitida pelo canal oficial do CNMP no [YouTube](#).



1º Lugar na Categoria Integração e Articulação:

Satélites Alertas: combate aos desmatamentos e queimadas ilegais no estado de Mato Grosso | Ministério Público do Estado de Mato Grosso:

Daniel Balan Zappia – Promotor de Justiça (Coordenação Geral)

Marcelo Caetano Vacchiano – Promotor de Justiça (Idealizador e Coordenador em 2020)



2º Lugar na Categoria Sustentabilidade:

Água para o Futuro – Interiorização | Ministério Público do Estado de Mato Grosso:

Daniel Balan Zappia – Promotor de Justiça (Coordenação Geral)

Luiz Alberto Esteves Scaloppe – Procurador de Justiça (Supervisor)

Marcelo Caetano Vacchiano – Promotor de Justiça (Idealizador e Coordenador até 4/2021)

Abílio José Ferraz de Moraes – Assessor Técnico (Chefe da Equipe Multidisciplinar)

[Clique AQUI para ver os projetos.](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO EM AÇÃO

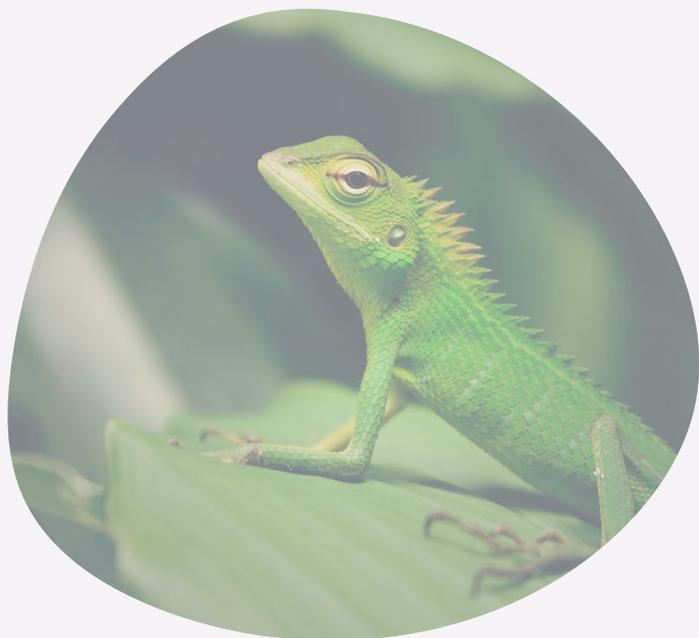
- MPMT recomenda suspensão de pauta sobre incentivo fiscal a fabricantes.
- Ministério Público pede bloqueio de R\$ 917 mil de fazendeiro.
- MPMT ingressa com ação para recuperar área ambiental degradada.
- MPMT: Senador pede apoio ao MP para construção de poços artesianos no Pantanal.
- MPMT aciona Município para que sinalize vias públicas e cumpra legislação.
- MPMT: Ministério Público ajuíza ACP ambiental por pesca irregular.
- MPMT: Fazendeiro é multado em R\$ 10,4 milhões por queimada no Pantanal
- MPMT: TAC garante recursos para compra de extrator de dados Cellebrite para PJC.
- MPMT ingressa com ação para recuperar área ambiental degradada.
- MPMT: Ministério Público aciona Verde Transportes por infração ambiental

NOTÍCIAS DO CNMP E OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

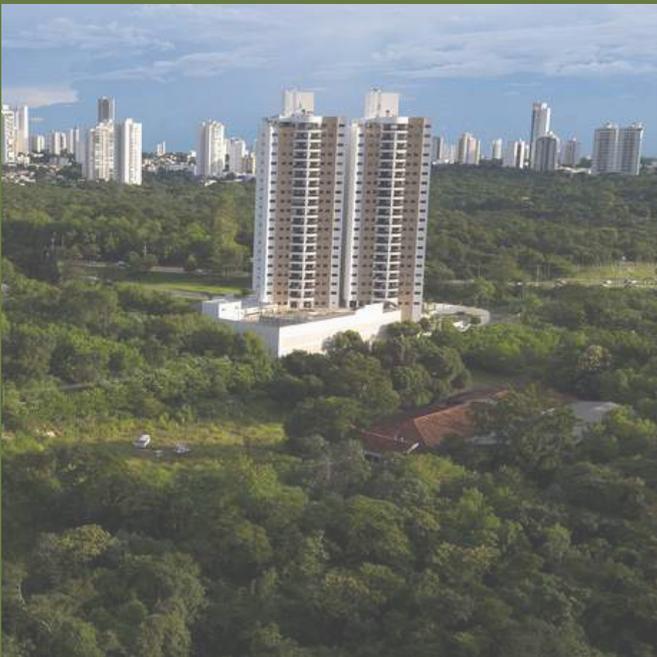
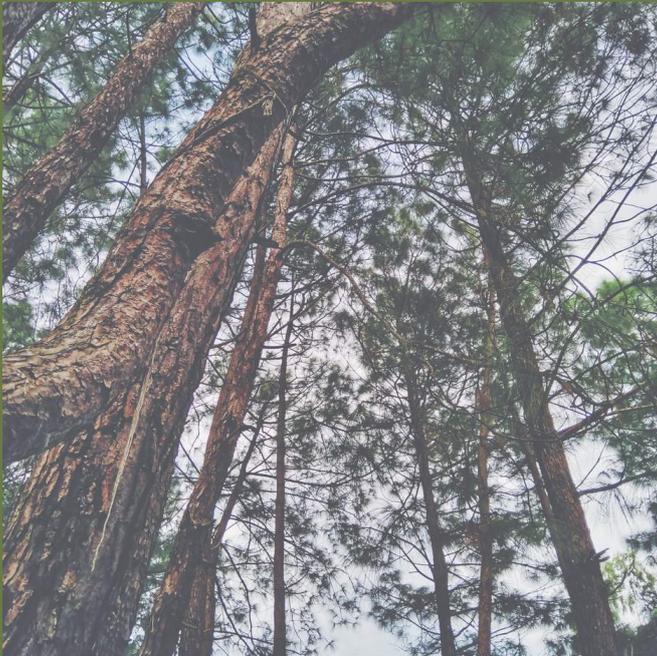
- **MPSC:** Sócios de construtora e incorporadora de Chapecó são condenados por venda irregular de imóveis
- **MPPR:** Justiça recebe denúncia do MP contra empresário que tem criado condomínios irregulares com supressão de vegetação em área protegida.
- **MPSC:** Dez ações do MP buscam a demolição de imóveis construídos ilegalmente em parque natural de Florianópolis



- **MPSC** recomenda ao Município de Florianópolis que adote medidas de gestão e prevenção de riscos no planejamento urbano e no licenciamento de obras, loteamentos e parcelamentos de sol.
- **MPPA** ajuíza Ação para responsabilizar município após poda que causou morte de garças.
- **MPSC:** Justiça atende recurso do MP e suspende Decreto Estadual que dispensava vistoria para concessão de Licença Ambiental de Instalação.



ARTIGOS



- O tema 1010 do STJ e a aplicação do Código Florestal para áreas urbanas
- Premissas para interpretar e aplicar o Código Florestal
- Tem imóvel em loteamento fechado? Vamos conversar sobre isso
- Justiça Penal negocial em sede de crimes ambientais
- Construção às margens de cursos d'água e a recente decisão do STF
- Direito Ambiental versus Código Florestal
- Não existe urbanismo sem direito urbanístico
- A especial inalienabilidade dos bens públicos tombados
- Retroatividade do Código Florestal de 2012 e tema 1.062 do STJ



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO